



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO 2013

**NÍVEL SUPERIOR**

**CARGO 1:  
ANALISTA DO MPU**

ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO JURÍDICO  
ESPECIALIDADE: DIREITO

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

#### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.  
É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.  
0(XX) 61 3448-0100 | www.cespe.umb.br | sac@cespe.umb.br

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas conforme a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADC = ação declaratória de constitucionalidade; ADPF = arguição de descumprimento de preceito fundamental; CF = Constituição Federal de 1988; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; CNMP = Conselho Nacional do Ministério Público; CPC = Código de Processo Civil; MP = Ministério Público; MPDFT = Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; MPT = Ministério Público do Trabalho; MPU = Ministério Público da União; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Se considerarmos o panorama internacional, perceberemos que o Ministério Público brasileiro é singular. Em nenhum outro país, há um Ministério Público que apresente perfil institucional semelhante ao nosso ou que ostente igual conjunto de atribuições.

4 Do ponto de vista da localização institucional, há grande diversidade de situações no que se refere aos Ministérios Públicos dos demais países da América Latina. Encontra-se, por exemplo, Ministério Público dependente do Poder Judiciário na Costa Rica, na Colômbia e, no Paraguai, e ligado ao Poder Executivo, no México e no Uruguai.

7 Consta-se, entretanto, que, apesar da maior extensão de obrigações do Ministério Público brasileiro, a relação entre o número de integrantes da instituição e a população é uma das mais desfavoráveis no quadro latino-americano. De fato, dados recentes indicam que, no Brasil, com 4,2 promotores para cada 100 mil habitantes, há uma situação de clara desvantagem no que diz respeito ao número relativo de integrantes. No Panamá, por exemplo, o número é de 15,3 promotores para cada cem mil habitantes; na 10 Guatemala, de 6,9; no Paraguai, de 5,9; na Bolívia, de 4,5. Em situação semelhante ou ainda mais crítica do que o Brasil, estão, por exemplo, o Peru, com 3,0; a Argentina, com 2,9; e, por fim, o Equador, com a mais baixa relação: 2,4. É correto dizer que há nações 13 proporcionais com menos promotores que o Brasil. No entanto, as atribuições do Ministério Público brasileiro são muito mais extensas do que as dos Ministérios Públicos desses países.

María Tereza Sadek. *A construção de um novo Ministério Público resolutivo*. Internet: <<https://aplicacao.mp.mg.gov.br>> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos às ideias e a aspectos linguísticos do texto acima.

- 1 Os dados expostos no terceiro parágrafo indicam que os profissionais do Ministério Público brasileiro são mais eficientes que os dos órgãos equivalentes nos demais países da América do Sul.
- 2 Com base nos dados apresentados no texto, é correto concluir que a situação do Brasil, no que diz respeito ao número de promotores existentes no Ministério Público por habitante, está pior que a da Guatemala, mas melhor que a do Peru.
- 3 Seriam mantidas a coerência e a correção gramatical do texto se, feitos os devidos ajustes nas iniciais maiúsculas e minúsculas, o período “É correto (...) o Brasil” (ℓ.11-12) fosse iniciado com um vocábulo de valor conclusivo, como **logo**, **por conseguinte**, **assim** ou **porquanto**, seguido de vírgula.
- 4 O objetivo do texto é provar que o número total de promotores no Brasil é menor que na maioria dos países da América Latina.
- 5 No primeiro período do terceiro parágrafo, é estabelecido contraste entre a maior extensão das obrigações do Ministério Público brasileiro, em comparação com as de órgãos equivalentes em outros países, e o número de promotores em relação à população do país, o que evidencia situação oposta à que se poderia esperar.
- 6 No último período do texto, a palavra “atribuições” está subentendida logo após o vocábulo “as” (ℓ.13), que poderia ser substituído por **aquelas**, sem prejuízo para a correção do texto.
- 7 Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto se o primeiro parágrafo fosse assim reescrito: Quando se examina o contexto internacional, concluímos que não há situação como a do Brasil no que se refere a existência e desempenho do Ministério Público.

1 Nenhum problema da ética ou da filosofia do direito  
é tão difícil e complexo como o da justiça, e múltiplas são as  
razões para isso. Em primeiro lugar, a justiça é, ao mesmo  
4 tempo, uma ideia e um ideal, pois, se ela jamais se realizasse,  
ao contrário de se manifestar concretamente como um dos  
momentos necessários e mais altos da vida humana, seria mera  
7 suposição, uma quimera não merecedora de nossa constante  
atenção.

Todavia, por maiores que sejam os obstáculos  
10 opostos ao nosso propósito de desvendá-la, e mesmo quando  
proclamamos desconsoladamente a impossibilidade de chegar  
até ela pelas vias da razão, não desaparece nossa aspiração de  
13 que haja atos justos que dignifiquem a espécie humana. É que,  
ainda que não consigamos defini-la, não podemos viver sem  
ela.

16 Por outro lado, a justiça nunca se põe como um  
problema isolado, porque sempre se acha em essencial  
correlação com outros da mais diversa natureza, dos filosóficos  
19 aos religiosos, dos sociais aos políticos, dos morais aos  
jurídicos.

Nem podia ser de outra forma, em se tratando de uma  
22 das questões basilares da história, a qual não pode ser vista  
segundo uma continuidade linear, devendo ser vista como o  
desenrolar de ciclos culturais diferentes, com diversificadas  
25 conjunturas histórico-culturais.

Ora, cada ciclo ou conjuntura histórico-cultural tem  
sua experiência da justiça, a sua maneira própria de realizá-la  
28 *in* concreto, o que leva à conclusão de que, em vez de indagar  
acerca de uma ideia universal de justiça, melhor será tentar  
configurar, no plano concreto da ação, o que sejam atos justos.

Miguel Reale. *Variações sobre a justiça (I)*. In: *O Estado de S.Paulo*,  
4/8/2001. Internet: <<http://home.comcast.net>> (com adaptações).

Considerando os sentidos e aspectos linguísticos do texto acima,  
julgue os itens a seguir.

- 8 Sem prejuízo para as ideias originais do texto ou para a sua  
correção gramatical, o último parágrafo do texto poderia ser  
divido em dois períodos, substituindo-se a vírgula logo após  
“concreto” (ℓ.28) por ponto final e reescrevendo-se o trecho  
subsequente da seguinte forma: Isso leva à seguinte conclusão:  
em lugar de buscar uma ideia universal de justiça, é melhor  
tentar definir os atos justos no plano concreto da ação.
- 9 No terceiro parágrafo, a partícula “se” é empregada, em ambas  
as ocorrências, como índice de indeterminação do sujeito, o  
que confere maior formalidade ao texto.
- 10 A forma adjetiva “histórico-culturais” (ℓ.25) poderia estar  
flexionada corretamente também como **históricos-culturais**.
- 11 De acordo com o texto, a justiça é um ideal de impossível  
realização, o que é comprovado pela história humana.
- 12 Conclui-se da leitura do texto que a dificuldade de se definir a  
justiça decorre, entre outras causas, da diversidade própria dos  
grupos humanos.
- 13 Pela organização sintática do segundo período do texto,  
pode-se interpretar o trecho “uma quimera não merecedora de  
nossa constante atenção” (ℓ.7-8) como uma ampliação do  
sentido da expressão “mera suposição” (ℓ.6-7).

1 A parte da natureza varia ao infinito. Não há, no  
universo, duas coisas iguais. Muitas se parecem umas às outras,  
mas todas entre si diversificam. Os ramos de uma só árvore, as  
4 folhas da mesma planta, os traços da polpa de um dedo  
humano, as partículas do mesmo pó, as raias do espectro de um  
só raio solar ou estelar. Tudo assim, desde os astros no céu, até  
7 os micróbios no sangue, desde as nebulosas no espaço até as  
gotas do rocío na relva dos prados.

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar  
10 desigualmente aos desiguais na medida em que se desigalam.  
Nessa desigualdade social, proporcionada à desigualdade  
natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são  
13 desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com  
desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria  
desigualdade flagrante e não igualdade real.

16 Essa blasfêmia contra a razão e a fé, contra a  
civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria; executada,  
não faria senão inaugurar a organização da miséria. Se a  
19 sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais,  
cada um, nos limites da sua energia moral, no entanto, pode  
reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade  
22 e perseverança. Tal a missão do trabalho.

Ruy Barbosa. *Oração aos moços*. Internet: <<http://home.comcast.net>> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos ao texto acima apresentado.

- 14 A oração “quinhoar desigualmente aos desiguais na medida em  
que se desigalam” (ℓ.9-10) exerce a função de complemento  
indireto da forma verbal “consiste” (ℓ.9).
- 15 Não haveria prejuízo para o sentido original nem para a  
correção gramatical do texto caso se inserisse **quando** ou **se**  
**for** imediatamente antes de “executada” (ℓ.17).
- 16 No texto, que se classifica como dissertativo-argumentativo, o  
autor constrói, por meio de recursos que incluem o uso de  
exemplos e a repetição de estruturas e de elementos lexicais, os  
argumentos que sustentam a ideia de igualdade por ele  
defendida.
- 17 Infere-se do texto que a desigualdade flagrante ocorre quando  
se ignora a ação da inveja, do orgulho e da loucura no  
momento da determinação do que é justo para os que são  
desiguais.
- 18 Sem prejuízo dos sentidos originais do texto e de sua correção  
gramatical, na linha 3, o ponto final empregado logo após a  
forma verbal “diversificam” poderia ser substituído por sinal  
de dois-pontos, seguido por “Os” grafado com inicial  
minúscula.
- 19 A palavra “nebulosas” (ℓ.7) é empregada, no texto, com função  
adjetiva, podendo ser substituída por **obscuras**, **enigmáticas**.

1 O direito a distância semelha um bloco de justiça  
 como a montanha semelha um bloco de azul. E é isso a justiça:  
 um azul de montanha. À medida que nos aproximamos, esse  
 4 azul se esvai. A nitidez e a harmonia desfazem-se num  
 turbilhão caótico de detalhes grosseiros.

A beleza do direito transfunde-se no cipoal entrançado  
 7 do formalismo. Ao que nele penetrou espanta somente  
 encontrar fórmulas, só ouvir fórmulas, só conseguir fórmulas  
 — tudo amarelo, cor de ouro, e nada, nada azul, a cor da  
 10 justiça. O azul, a justiça, a harmonia, a equidade — puras  
 ilusões da ótica humana.

Velhíssimas umas, vindas da Roma imperial, vindas  
 13 da Idade Média; outras mais novas, nascidas no solo pátrio;  
 mas só isso: fórmulas e fórmulas.

Tenho meu Eu bipartido. Um mora no azul, libérrimo  
 16 como as andorinhas, isolado, desconhecido de todos, sem  
 irmão, sem Senhor. O outro, coitado, mora na cidade da  
 Fórmula, escravo assoldado às necessidades prosaicas da vida.  
 19 Que nítido exemplo da dualidade humana!

Quando o escravo vai à labuta, o outro voa às alturas,  
 enojado. À noite, nesse momento calmo em que o isolamento  
 22 e o silêncio nos integram, os dois irmãos se encontram e  
 confabulam ou filosofam.

José Bento Monteiro Lobato. *Literatura do minarete*.  
 São Paulo: Globo, 2008, p. 265 (com adaptações).

A respeito das ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue  
 os itens que se seguem.




- 20 Na linha 20, o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo em “à labuta” e “às alturas”; por isso, sua omissão não traria prejuízo para correção gramatical do período.
- 21 Segundo o autor do texto, a justiça pode ser alcançada pela aplicação mais equânime do direito.
- 22 No terceiro parágrafo do texto, o autor enfatiza a tradição romanística do direito brasileiro ao mesmo tempo em que faz alusão à existência de fórmulas nacionais inovadoras.
- 23 Na linha 7, a forma verbal “espanta” flexiona-se no singular para concordar com o sujeito oracional “Ao que nele penetrou”.

Acerca das características gerais dos diversos tipos de comunicação oficial, julgue os itens a seguir.

- 24 Em comunicações oficiais dirigidas a ministros de tribunais superiores, deve-se empregar o pronome de tratamento **Vossa Excelência**.
- 25 Para que correspondências oficiais enviadas por correio eletrônico sejam aceitas como documentos originais, é necessária certificação digital que ateste a identidade do remetente.
- 26 Em situações em que se exija agilidade na comunicação, deve-se evitar o uso de memorandos, já que sua tramitação, por envolver diversos setores do órgão público expedidor, prejudica a celeridade do processo.
- 27 Os expedientes oficiais devem caracterizar-se pela impessoalidade, por constituírem modalidade de comunicação empregada exclusivamente entre órgãos do serviço público.
- 28 O destinatário de um memorando deve ser identificado pelo cargo que ocupa; o de um aviso, pelo nome e pelo cargo que ocupa; e o de um ofício, pelo nome, pelo cargo que ocupa e pelo endereço.

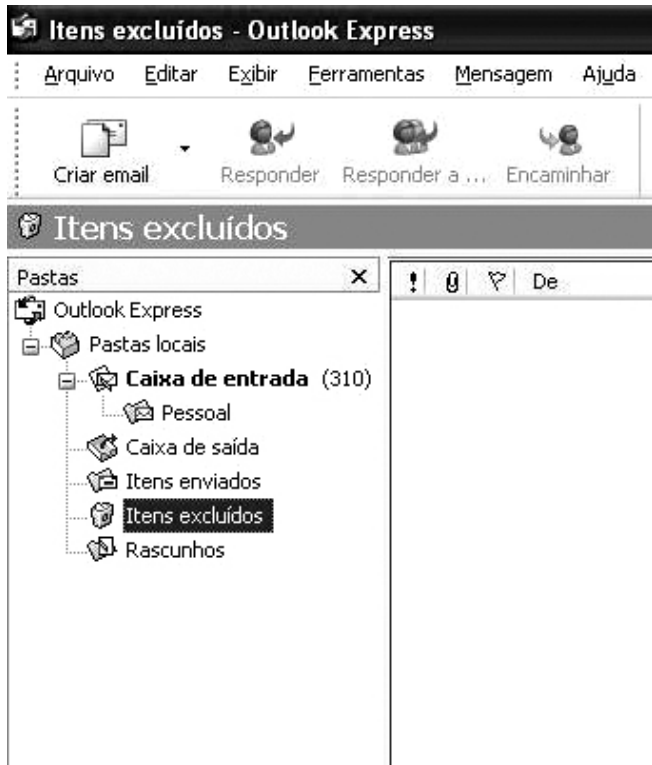


Na situação mostrada na figura acima, que reproduz parte de uma janela do sistema operacional Windows,




- 29 ao clicar a opção  Windows Update, o usuário terá acesso ao banco de dados do sistema operacional Windows que apresenta as pastas e subpastas com os arquivos de programas desse sistema operacional.
- 30 a opção  Pesquisar permite localizar arquivos ou pastas no computador local, dados na Internet ou, ainda, pessoas no Active Directory.
- 31 a opção  Catálogo do Windows possibilita que o usuário acesse informações a respeito dos discos disponíveis localmente e na rede, bem como das opções de computação em nuvem.

Com referência à suíte de aplicativos LibreOffice, julgue o item abaixo.

- 32 O LibreOffice é uma suíte de escritório livre, criada para ser executada exclusivamente no ambiente Linux e oferecer todas as funções esperadas de uma suíte profissional: editor de textos, planilha, apresentação, editor de desenhos e banco de dados.



Com referência à situação mostrada na figura acima, que reproduz parte de uma janela do Outlook Express, julgue os próximos itens.

- 33 Ao se clicar a pasta  **Itens enviados**, será apresentada a lista de todos os *emails* que foram enviados a partir do Outlook Express.
- 34 Se o usuário em questão possuir inscrição em Grupos de discussão ou Redes sociais, a opção  — Responder a todos — seria habilitada.
- 35 O número (310) mostrado ao lado da opção  **Caixa de entrada** indica o número de amigos que o usuário em questão possui.

Julgue os itens subsequentes, relativos a conceitos de segurança da informação.

- 36 Procedimentos de *backups* são essenciais para a recuperação dos dados no caso de ocorrência de problemas técnicos no computador.
- 37 *Phishing* é a técnica de criar páginas falsas, idênticas às oficiais, para capturar informações de usuários dessas páginas.
- 38 O armazenamento em nuvem, ou em disco virtual, possibilita o armazenamento e o compartilhamento de arquivos e pastas de modo seguro, ou seja, sem que o usuário corra o risco de perder dados.

Relativamente à competência constitucional do MPU, julgue os itens a seguir.

- 39 O MPU possui competência para ajuizar, em defesa do meio ambiente, ação civil pública cujo pedido principal seja a declaração de inconstitucionalidade de determinada lei federal.
- 40 Os instrumentos de atuação do MPU na defesa da ordem jurídica incluem o ajuizamento, pelo procurador-geral da República, de ADC de lei ou ato normativo federal e de ADPF decorrente da CF.
- 41 O MPT não possui legitimidade para atuar no âmbito do STF.
- 42 Se, em sede de investigação criminal ou instrução processual penal conduzida pelo MPU, fizer-se necessária a quebra do sigilo de comunicação telefônica e fiscal de indivíduo investigado ou processado, o *parquet* deverá requerê-la ao órgão judicial competente, já que não tem competência para determiná-la unilateralmente.
- 43 A intervenção do MPU é obrigatória em todos os atos de processo instaurado em virtude de ação ajuizada por indícios em defesa de seus direitos e interesses.

No que se refere aos direitos, às garantias e às prerrogativas dos membros do MPU, julgue os itens seguintes.

- 44 Ressalvados os membros do MPDFT, os membros do MPU que integravam a carreira na data da promulgação da CF podem exercer a advocacia, desde que estejam regularmente inscritos na OAB.
- 45 Membro do MPU pode se candidatar ao cargo de prefeito, desde que cumpra os requisitos previstos na legislação eleitoral e esteja no gozo de licença não remunerada.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao CNMP.

- 46 Cabe ao CNMP efetuar o controle da atuação administrativa e financeira do MP e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
- 47 Não constitui competência do CNMP a revisão, de ofício ou mediante provocação, de processos disciplinares de servidores do MPU.

No tocante aos princípios e garantias institucionais do MP, julgue os próximos itens.

- 48 A autonomia administrativa do MPU, assegurada constitucionalmente, compreende a possibilidade de, mediante atos normativos internos, criar e extinguir cargos e serviços auxiliares.
- 49 De acordo com a CF, são princípios institucionais do MP a independência funcional, a indivisibilidade e a unidade.
- 50 A autonomia financeira do MP abrange a capacidade de elaborar a sua proposta orçamentária e a capacidade de gerir e aplicar os recursos orçamentários destinados à instituição.